

**SESSÃO DE 02/12**  
**VERSÃO - I**

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Concedo a palavra ao autor da matéria, Senador Renan Calheiros, Líder do PMDB.

**O SR. RENAN CALHEIROS** (PMDB – AL. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Marconi Perillo, Sr<sup>as</sup> Senadoras, Srs. Senadores, a ideia dessa Proposta de Emenda à Constituição (PEC), a ideia dessa Emenda nasceu da necessidade de fixarmos um piso salarial nacional unificado para policiais e bombeiros. Sr. Presidente, os investigadores já foram incluídos pelo Senador Demóstenes Torres, e os peritos serão incluídos. Se não houver como fazermos isso na redação da PEC, com certeza, deveremos fazê-lo na lei complementar que o Governo, de acordo com a PEC, obrigar-se-á a mandar para o Congresso Nacional em um ano.

**O Sr. Mário Couto** (PSDB – PA) – Senador Renan Calheiros, só tenho uma dúvida.  
**O SR. RENAN CALHEIROS** (PMDB – AL) – Pois não.

**O Sr. Mário Couto** (PSDB – PA) – O piso salarial unificado vai tomar como base o de Brasília?

**O SR. RENAN CALHEIROS** (PMDB – AL) – Não, porque há uma PEC...

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Senador Renan, não há aparte em encaminhamento de votação, por favor.

**O SR. RENAN CALHEIROS** (PMDB – AL) – Responderei a V. Ex<sup>a</sup> ao longo do discurso, Senador Mário Couto. Sr. Presidente, a segurança é um dos mais agudos problemas brasileiros. Todos concordam que a segurança se faz com um tripé de ações públicas que reúnam inteligência, equipamentos e pessoal. Todos esses conceitos, obviamente, implicam em investimentos diretos e permanentes. Tive a oportunidade de vivenciar esse problema à frente do Ministério da Justiça. No momento, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, em que equipamos, modernizamos, ampliamos o efetivo e corrigimos os salários das Polícias da União –Polícia Rodoviária Federal e Polícia Federal –, experimentamos visíveis melhorias no combate ao crime, especificamente no combate ao crime organizado. Naquela época – permitam-me citar um exemplo –, em 1999, em meu Estado de Alagoas, em virtude de uma força tarefa composta pela Polícia Federal, pela Polícia Estadual, pelo Ministério Público e pelo Poder Judiciário, uma força tarefa que lá permaneceu, nós vimos, como consequência de tudo isso, pela primeira vez na história de Alagoas, em 1999, a diminuição das taxas de criminalidade. Quando deixei o Ministério da Justiça, não me afastei do tema que nos aflige diariamente. Já aqui, no Senado, Senador Marconi Perillo, apresentei a PEC da vinculação orçamentária em segurança pública; a facilitação para a aquisição de casa própria para policiais, que foi incorporada pelo Presidente Lula ao texto de uma medida provisória do Governo; o atendimento psicossocial e profissional para os profissionais que lidam com a violência; e essa Emenda, que, hoje, não tenho dúvida, será aprovada e que resgata uma dívida histórica com os nossos policiais, proporcionando-lhes mais dignidade no exercício de seu dever. É evidente que a melhoria salarial dos profissionais de segurança pública terá um efeito instantâneo na carreira dos trabalhadores e na diminuição das taxas de criminalidade. É claro que todos reconhecem a necessidade de uma reforma profunda, Senadora Serys, no capítulo da Constituição referente à segurança –Capítulo III, art. 144 –, que defina claramente as fontes de financiamento e as responsabilidades, para se evitar o verdadeiro jogo de empurra que existe na atualidade. A cada tragédia nacional, o que verificamos, Senador Marconi Perillo, é o esporte nacional de transferência de responsabilidades. Está na hora de acabarmos com tudo isso. O Senado andou celeremente na votação dessa Proposta, reconheceu seu mérito, reconheceu sua relevância. Por isso, desejo agradecer publicamente, se V. Ex<sup>a</sup> me permite falar por só mais um minutinho, Sr. Presidente – é importante fazer este agradecimento –, ao

Presidente desta Casa, Senador José Sarney; a todos os Líderes partidários, que construíram um consenso inevitável para a apreciação da matéria neste dia; ao Senador Demóstenes Torres, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, que avocou para si a relatoria e que foi fundamental para que pudéssemos, num tempo muito curto, superar obstáculos; ao Senador Aloizio Mercadante, que tem uma proposta análoga e que sempre foi um entusiasta da necessidade de aprovarmos o piso. Gostaria, ao mesmo tempo, de apelar à Câmara dos Deputados, se a Câmara dos Deputados assim entender, que conceda ao tema a prioridade que mereceu aqui, no Senado Federal, Senador Marconi. Sei que, na Câmara, contaremos com o apoio decisivo de importantes lideranças, e me permito aqui, rapidamente, destacar algumas delas: o Deputado Soldado Moisés, de Pernambuco; o Deputado Mendonça Prado, de Sergipe; o Deputado Major Fábio, da Paraíba; o Deputado Capitão Assunção, do Espírito Santo; a Deputada Fátima Bezerra, do Rio Grande do Norte, que, aliás, nos inspirou, quando relatou a solução dos agentes comunitários, influenciando, na verdade, para que esse caminho fosse utilizado por todos nós nessa PEC. Agradeço também ao Deputado Cabo Patrício, do Distrito Federal; ao Deputado Ilderlei Cordeiro, do Acre; ao Deputado Paes de Lira, de São Paulo; ao meu querido amigo Deputado Chamariz, do Estado de Alagoas, pois foi por meio do Deputado Chamariz que participei de uma assembleia no Estado de Alagoas; ao Deputado Francisco Tenório, de Alagoas; ao Deputado Carlos Alberto Canuto.

Quero também aproveitar a oportunidade – e já encerro – para agradecer às associações que estiveram presentes aqui, conversando com os Senadores e participando da construção deste momento importante e fundamental: a Associação dos Oficiais da PM e Corpo de Bombeiros de Alagoas, na pessoa do Major Fragoso, que tem sido muito importante na mobilização nacional da causa; a Associação dos Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar de Alagoas, na pessoa do Teobaldo; a Associação dos Cabos e Soldados da Polícia Militar e Bombeiro Militar, na pessoa do Cabo Simas, que está aqui presente e que tem cumprido também importante papel; a Associação dos Policiais e Bombeiros Militares do Distrito Federal, na pessoa do Donivan; a Associação dos Cabos e Soldados da Polícia Militar e Bombeiros do Espírito Santo, na pessoa do Roberto Caetano; a Associação de Cabos e Soldados da Polícia Militar e Bombeiros, na pessoa do Moabio; a Associação de Praças Policiais e Bombeiros Militares de Minas Gerais, na pessoa do Meder; a Associação dos Cabos e Soldados da Polícia Militar e Bombeiro Militar do Estado do Pará, na pessoa do Deonildo; a Associação dos Cabos e Soldados da Polícia Militar e Bombeiro Militar do Estado da Paraíba, na pessoa da Eliane; Associação dos Cabos e Soldados da Polícia Militar e Bombeiro Militar do Estado de Pernambuco, na pessoa do Cabo dos Santos; Associação dos Cabos e Soldados da Polícia Militar e Bombeiros também do Estado de Pernambuco, na pessoa do Reis; a Associação dos Cabos e Soldados da Polícia Militar e Bombeiro Militar do Estado do Rio Grande do Norte, na pessoa do Jeoas; a Associação dos Bombeiros Militares do Rio Grande do Norte, na pessoa do Soldado Maribondo; a Associação dos Subtenentes e Sargentos Policiais e Bombeiros Militares do Estado do Rio Grande do Norte, na pessoa do Eliabe. Há também outras pessoas, Sr. Presidente, que aqui, infelizmente, não vou ter a oportunidade de citar. Eu queria dizer, para encerrar, que as estatísticas da violência no Brasil são assustadoras, são eloquentemente assustadoras, Sr. Presidente. Nos últimos vinte anos, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), o número de assassinatos no Brasil cresceu de maneira aterradora: 273%. E, anualmente, Sr. Presidente, mais de quarenta mil pessoas perdem suas vidas por causa da violência e da criminalidade. Isso é inadmissível. Respondemos, e isso já foi muito discutido...

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL)** – Já estou encerrando, Sr. Presidente. Respondemos, no Brasil, por 11% dos crimes que acontecem no planeta. Um estudo publicado pela Unesco – já estou encerrando – em 2002, intitulado “O Mapa da Violência”, também aponta um crescimento de homicídios em 62,3%, apenas em dez anos, entre 1993 e 2002. Esse foi o levantamento que concluiu que as maiores vítimas, em nosso País, são os jovens de 15 a 24 anos de idade. Há outro *ranking* desconfortável, infelizmente: somos, Sr. Presidente, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), o segundo maior país em mortalidade

derivada de agressões; superamos apenas a Colômbia, cuja trajetória se confunde com uma guerra civil permanente.

Apesar dos números impressionantes, o Brasil possui – e é importante que a Casa fique atenta para isso – uma média de um policial para 304 habitantes, uma relação, Sr. Presidente, comparável à relação observada nos países modernos. Mas há uma perversidade na distribuição. Cinquenta e cinco por cento de todo o efetivo das polícias militares e civis e dos bombeiros militares estão concentrados em apenas cinco Estados: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia e Rio Grande do Sul.

Mais do que perder vidas, a violência também apresenta a sua conta econômica. Os números revelados pelo Ipea são significativos. Em 2004 – já estou encerrando, Senador Marconi – o custo da violência no Brasil foi de R\$92,2 bilhões, o equivalente, Senador José Agripino, a 5,09% do Produto Interno Bruto Brasileiro, com um custo *per capita* de R\$519,40. Isso é um dos maiores custos do mundo, e temos que enfrentar esse problema definitivamente. Claro, Senador Marconi, vamos ter que fazer muitos investimentos em segurança pública. Nós temos que mudar radicalmente o art. 144 da Constituição Federal. Mas o primeiro passo concreto que se dá neste País, além da inevitável vinculação de recursos que haveremos de fazer, é a aprovação desse piso nacional para os policiais civis e militares e para os bombeiros militares também. O Governo Federal se obriga, pela mudança da Constituição, a mandar um piso. E nós teremos que travar uma longa batalha, para que esse piso seja condizente e atenda igualmente a todos os Estados brasileiros.

Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> a paciência. Agradeço, mais uma vez, aos Líderes desta Casa, com a certeza de que teremos uma aprovação unânime.

Muito obrigado a todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Com a palavra, o Líder do PT, Senador Aloizio Mercadante, e, pela ordem, o Senador João Tenório.

**O SR. JOÃO TENÓRIO** (PSDB – AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é absolutamente louvável essa PEC proposta pelo Senador Renan Calheiros, porque temos de ter a percepção de que a violência, a insegurança neste País tornou-se a maior praga que afeta a sociedade brasileira. Até algum tempo atrás, a maior praga que nos afetava era a fome, que deixou, de certa forma, de sê-lo por duas razões fundamentais: primeiro, pela queda evidente de preços dos alimentos, que aconteceu de um modo geral no mundo e particularmente no Brasil; segundo, pelos programas sociais do Governo, que fizeram com que o acesso ao alimento se tornasse uma coisa quase rotineira. Então, sai-se dessa praga, e entra-se na praga da insegurança. Assim, a ação do Senador Renan Calheiros é louvável, absolutamente louvável. Entretanto, ele ficou devendo uma resposta, que é fundamental para os Estados sobre qual referência será levada em consideração. É Brasília? Brasília tem um subsídio fortíssimo, para suportar o nível de remuneração dos policiais, adequado às necessidades. Se os Estados não vierem a ter uma assistência compatível ao que acontece em Brasília, evidentemente vai haver um problema muito sério nos outros entes federativos, os Estados e Municípios. Então, é este o ponto: apesar de reconhecermos claramente a conveniência, a necessidade, a adequação dessa correção de remuneração do setor de policiais, entendemos que é preciso levar em consideração também os entes Federativos, porque pode ser que se torne insuportável, a não ser que políticas semelhantes, simétricas àquela que acontece em Brasília aconteça nos demais Estados brasileiros.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Muito obrigado. Asseguro a palavra ao Senador Aloizio Mercadante.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, e vocês que nos acompanham, senhores e senhoras, essa PEC começa a restituir uma dívida que o Estado e a sociedade brasileira têm com as polícias, a Polícia Militar e Polícia Civil, e com o Corpo

de Bombeiros. É uma dívida, porque todos nós assistimos, cotidianamente, hoje, ao avanço da violência – aos assaltos, roubos, furtos, sequestros, assassinatos, que estão presentes nos grandes centros urbanos e já nas pequenas cidades do País.

Nós precisamos de uma resposta abrangente. Espero, ainda hoje, aprovar também a lei de combate às organizações criminosas. Mas o piso salarial é uma possibilidade concreta de darmos dignidade à polícia; de darmos direito para que os policiais e suas famílias possam viver com tranquilidade.

Se já não bastasse a tensão, especialmente na periferia das grandes cidades, como disse ontem, muitos policiais são obrigados a esconder a farda; quando a esposa a lava, não pode pendurá-la no varal, porque, se ele for identificado no bairro como policial, sua família e ele estarão ameaçados. Basta ver o que foram os ataques de uma única facção criminosa, os ataques covardes que mataram 42 policiais em São Paulo. Isso mostra o nível de enraizamento do crime, a presença, a ameaça, a tensão com que esses profissionais vivem.

Há, na Polícia Militar de São Paulo, recorrentemente, um número elevado de suicídios. Aqueles policiais honestos, aqueles que não se vendem, aqueles que não se corrompem vivem a pressão permanente da profissão e o salário de miséria que recebem. O piso nacional é o caminho para revertermos essa situação inaceitável. O piso nacional das PMs e da Polícia Civil é o caminho para resgarmos a competência profissional, para valorizarmos essa profissão.

Há Estados, como o Acre e o Distrito Federal, em que a PM hoje precisa de curso superior, de dois anos de um curso especial de segurança pública, mudando-se a qualidade do serviço. Por quê? Porque se paga bem, e se cobra mais. Isso permite ter um serviço de melhor qualidade. O começo dessa trajetória é a valorização salarial, é a recuperação salarial; esse é o reconhecimento que essa profissão deve ter por parte do Estado brasileiro.

Nós poderíamos votar aqui a indexação dos salários de todos os Estados ao salário do Distrito Federal. Aparentemente, essa proposta é mais conveniente, porque haveria uma recuperação imediata do piso. No entanto, ela é totalmente inconstitucional, porque, como vivemos numa Federação, não podemos vincular o salário de qualquer Estado ao salário de outro Estado da Federação. Para o piso, assim como o é com o salário mínimo, vai ter de ser discutida uma política de reajuste e um processo de recuperação. Mas o fato de haver um piso significa que esse debate vem para o Congresso Nacional, que as polícias poderão mobilizar-se e que progressivamente vamos recuperar esse salário e construir a dignidade que precisamos oferecer aos policiais do Brasil.

Tenho sido parado nas ruas pelo apoio a essa iniciativa. Quero dizer que apresentei esta PEC do piso nacional das policiais em 2007, um ano antes da proposta apresentada posteriormente pelo Senador Renan Calheiros, na mesma direção, no mesmo caminho. O que importa é que ambos chegamos ao mesmo diagnóstico: o único caminho de recuperarmos o salário da polícia no Brasil é estabelecermos um piso nacional.

Vamos votar hoje, tenho certeza, por unanimidade. Quero parabenizar o Senador Demóstenes, Presidente da nossa Comissão, pelo empenho; o Senador Renan Calheiros por essa militância. Quero agradecer a todos os Líderes que imediatamente aportaram à urgência, superando todo o debate, agilizando a tramitação dessa matéria. E hoje daremos o primeiro passo para resgatar a dignidade, para valorizar os profissionais da segurança pública, que estão todos os dias ameaçados, colocando sua vida em risco, para proteger as famílias brasileiras e para dar segurança a nossa população. Não há outro caminho, para resgatar a segurança pública no País, se não valorizarmos e não reconhecermos as polícias do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Com a palavra, para encaminhamento, o Senador Mozarildo Cavalcanti.

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, por gentileza, inscreva o Crivella, do PRB.

**A SRª MARINA SILVA** (Bloco/PT – AC) – Também o PV, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – S. Ex<sup>as</sup> serão inscritos.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR. Para encaminhar. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, quero dizer que qualquer Parlamentar aqui pode até ter algumas pequenas divergências quanto à forma, mas não quanto ao conteúdo e ao mérito dessa emenda constitucional.

Em qualquer Estado – pobre, médio ou rico –, nós conhecemos as dificuldades por que passam os policiais naqueles Estados. E, como médico, eu tenho sempre dito: se a gente acha que a coisa mais importante da vida da gente é a saúde, de que adianta, por exemplo, ter saúde e não ter segurança? De que adianta, por exemplo, estar completamente íntegro do ponto de vista da saúde e não poder sequer sair de casa para algum lugar, para trabalhar, para ir à escola, porque não há segurança? Aí se diz também que é muito mais importante ter educação. Perfeitamente, mas como ir para a escola em paz se não houver segurança?

Então, por isso, eu quero fazer aqui a defesa da aprovação dessa emenda à Constituição, dizer que ela vai se juntar à PEC 300 lá na Câmara. Isso, portanto, vai possibilitar o aperfeiçoamento do objetivo que todos nós queremos: justamente a melhoria salarial dos policiais. Portanto, é preciso dar mais dignidade a esses policiais, para que possam trabalhar e, conseqüentemente, eles mesmos terem saúde mental e equilíbrio emocional para levar a cabo uma profissão tão difícil; tão difícil mesmo, que é a de arriscar a vida, no dia a dia, contra bandidos, contra o crime organizado, porque, na verdade, o que eles fazem a todo momento é isso.

Então, eu quero me somar a todos que aqui já falaram, parabenizar o Senador Renan, que foi o autor da PEC, a todos que também assinaram a PEC e a todos os Senadores que estudaram o problema, acompanham o problema e que já vinham acompanhando, digamos, lá da Câmara a PEC nº 300.

E eu tenho certeza de que, no dia de hoje, ou já na noite de hoje, nós teremos um marco histórico para começar a mudar essa realidade de que realmente possamos ter segurança neste País e não mais esse jogo de puxa e encolhe, de “Ah, o culpado é o Governo Federal”, ou “Ah, o culpado é o Governador ou a Governadora”! Vamos, sim, olhar com tranquilidade para o policial, porque, tendo segurança, a saúde e a educação estarão garantidas.

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Com a palavra a Senadora Serys Slhessarenko.

**A SRª SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, já foi dito aqui, nesta sessão hoje, que estamos, com certeza, restituindo a dignidade da Polícia do nosso País. É uma dívida realmente, como já foi dito aqui, porque se cobra tanto das nossas Polícias, mas esquecemos realmente as parcas condições existentes em cada Estado para o trabalho dos nossos policiais, da nossa Polícia Civil, da nossa Polícia Militar, do nossos bombeiros.

Eu sou do Estado de Mato Grosso, onde o piso salarial é de R\$ 1.600,00. Eu sempre o achei baixíssimo – baixíssimo! –, mas, quando eu conheci o do Rio Grande do Sul, que é a metade, e o do Rio de Janeiro, que é pouco mais da metade, só para citar aqui alguns Estados, vi que realmente é impossível se cobrar segurança. É uma dívida que a nossa sociedade como um todo tem para com essa categoria. Definir o piso salarial nacional era algo imprescindível, e há muito tempo, para as nossas Polícias e bombeiros, assim como o fizemos para os profissionais da educação. O piso será definido hoje pela PEC nº 41, mas a sua regulamentação virá logo após – e é importante que venha rápido e venha com dignidade. Isso se faz necessário. É importante esta PEC, Senador Renan Calheiros, eu o cumprimento por se o autor, assim como a outros que também buscaram um projeto

semelhante.

Mas eu gostaria aqui de dizer que a importância dela, como foi a que trouxe o piso salarial para os profissionais da educação, é que realmente os Governadores dos Estados terão condições de implantar, sim, este piso: aquele Estado que provar, comprovar, que não tem condições de pagar o piso estabelecido, receberá complementação do Governo Federal. Isso é da mais alta relevância, porque não teremos desculpas, em Estado algum, para não implantar o piso das nossas Polícias, tanto civil quanto militar, e do Corpo de Bombeiros.

O risco seria que os governos estaduais viessem a dizer que não poderiam fazer isso, mas, com aprovação da PEC nº 41 e com a regulamentação, se a complementação pelo Governo Federal se fizer necessária, acontecerá com certeza.

Eu não tenho dúvidas com relação à existência de bons salários. E com os Estados aderindo ao Pronasci – como o meu Mato Grosso assinou há pouco tempo adesão ao Pronasci –, melhores condições de trabalho, envolvimento da sociedade na prevenção, mais a aprovação da PEC nº 41 e a sua regulamentação, como eu já disse aqui, a segurança da nossa sociedade com certeza estará sendo feita. Porque gente com vontade e determinação nós temos aí. Temos profissionais competentes e temos realmente, com a adesão ao Pronasci, preparo cada vez maior para as nossas polícias. Com preparo cada vez melhor e maior, com equipamento, com serviço de inteligência, com pessoal e com salários dignos, com certeza, o Brasil vai dar o grande salto de qualidade na segurança. E nós, a sociedade brasileira, merecemos e precisamos. E as nossas Polícias com certeza vão desempenhar o seu papel com a competência que têm.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro para encaminhar a matéria.

**O SR. JOSÉ NERY** (PSOL – PA) – Sr. Presidente, peço inscrição para encaminhar a matéria. Nery, pelo PSOL.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PR – ES) – Sr. Presidente! Sr. Presidente, pela ordem. V. Ex<sup>a</sup> me inscreva, para que eu também possa me manifestar sobre essa matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – V. Ex<sup>a</sup> já está devidamente inscrito.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Marconi Perillo, Sr<sup>s</sup>. Senadoras, Srs. Senadores, não poderia deixar, Senador Renan Calheiros, de vir hoje à tribuna encaminhar o voto à PEC nº 41, de autoria de V. Ex<sup>a</sup>.

Desde o início da sua tramitação nas comissões, e especificamente na CCJ, eu o parabeneizei e me posicionei a favor, entendendo que a PEC daria o encaminhamento e a solução para a injustiça que se pratica com os policiais militares, civis e do Corpo de Bombeiros.

Não vou falar especificamente do meu Estado do Pará, como fez o Senador Mário Couto com toda a razão. O Estado do Pará é, sem sombra de dúvida, hoje, um dos Governos mais mal avaliados do Brasil, se não o pior, Senador Mário Couto – se não o pior, em qualquer área.

Eu farei hoje ainda um pronunciamento sobre saúde, mas, em qualquer setor onde focemos, a posição do Estado do Pará é de tristeza, é de lamento para nós, paraenses. Mas a segurança é uma questão que deixou de ser do Estado para ser uma questão nacional.

E aí é preciso que todos nós – principalmente nós, Parlamentares – tenhamos o seguinte em mente: já que não se faz uma revisão do pacto federativo para distribuir melhor as receitas, que pelo menos se dê apoio aos governos estaduais para que possam remunerar de forma condigna, Senador Osmar Dias, os policiais de cada um dos Estados.

O Pará está entre os que pior remuneraram os seus policiais. E aí, essas pessoas, que têm a missão de guardar, de fazer a segurança da população, são obrigadas a fazer bicos, fazer tarefas

extras para complementar sua renda e ter condições de sustentar suas famílias.

Eu fui procurado, no meu Estado, por vários policiais. Independentemente de coloração partidária e de posto – do mais alto posto até o menor posto –, pediram o meu apoio, Senadora Serys, para a aprovação da PEC nº 300.

O que a PEC nº 300, que está na Câmara Federal, define? Define que os Estados brasileiros terão de pagar aos policiais militares, civis e aos bombeiros piso idêntico ao piso do Distrito Federal, que é bancado pela União.

Eu disse a eles que não me furtaria a dar-lhes apoio, mas que a PEC nº 300 só daria resultados se tivesse uma fonte de financiamento para que isso pudesse acontecer no Estado. Disse-lhes que, quando ela tramitasse aqui pelo Senado, faria uma emenda para buscar uma fonte de recursos para que os Estados pudessem cumprir a determinação da PEC.

Para alegria minha, encontro tramitando a PEC nº 41, do Senador Renan Calheiros, que vai exatamente no caminho da solução do problema. Ela cria um piso nacional para os policiais militares e civis e para o Corpo de Bombeiros – os investigadores, como disse o Senador Renan, foram acrescentados pelo Senador Demóstenes Torres –, e cria um fundo para reunir recursos a serem transferidos aos Estados que não possam honrar, em razão de sua pouca receita, o piso que será definido.

Essa é a solução, Senador Renan Calheiros. V. Ex<sup>a</sup> mostrou o problema e deu a solução para o problema. Nós precisamos aprová-la hoje, para que ela vá à Câmara Federal e tramite com urgência para que possamos, efetivamente, dar aos agentes da segurança dos Estados essa condição de dignidade.

Nós vamos aprová-la aqui sim, e tenho certeza de que será por unanimidade. Assim como aconteceu na votação da matéria relativa aos aposentados, do Senador Paulo Paim, esta votação será unânime: todos a favor da classe dos policiais civis e militares e do Corpo de Bombeiros.

A questão relativa à distribuição dos *royalties* do pré-sal, Senadora Serys, da maneira como está na Câmara, não inclui a área de segurança. Quando por aqui passar essa matéria, eu vou fazer uma emenda para que seja incluída a área de segurança. Educação, saúde, Bolsa-Família, tudo isso está incluído de forma correta, mas a área de segurança também tem de ser contemplada por aquele fundo. Por meio da distribuição, para todos os Estados brasileiros, dos *royalties* do pré-sal, esse fundo, conforme a PEC nº 41 do Senador Renan Calheiros, poderá ajudar a área de segurança. Por tudo isso, por justiça aos policiais de todo o Brasil e, em especial, do meu Pará, voto favoravelmente à PEC nº 41 do Senador Renan Calheiros.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Serys Silhessarenko. Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Flexa Ribeiro.

Antes de passarmos a palavra ao próximo orador, prorrogo esta sessão pelo tempo necessário para que se aprovem as matérias pautadas. Com a palavra, para discussão, o Senador Osmar Dias.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr<sup>a</sup> Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, eu quero começar cumprimentando o Senador Cristovam Buarque. Quero cumprimentá-lo porque nós estamos tratando aqui de um assunto muito parecido com a PEC que S. Ex<sup>a</sup> apresentou e que eu relatei, oferecendo piso para os professores, piso que alguns governadores disseram que não tinham como pagar, mas que é constitucional e tem de ser pago.

Parabéns, portanto, ao Senador Cristovam Buarque que, como professor, honrou a classe dos professores. Eu, com muita honra, Senador Cristovam Buarque, pude relatar a emenda de V. Ex<sup>a</sup>.

Quero cumprimentar também o Senador Renan Calheiros, que apresentou, oportunamente, essa proposta de emenda à Constituição. Todo mundo fala, reclama, de segurança pública. Sou de um Estado onde o piso salarial dos profissionais, dos policiais que são obrigados a oferecer

segurança à sociedade paranaense, chega próximo a R\$1,6 mil. Temos Estados no País onde o piso chega a R\$3 mil.

Todo mundo fala que o Paraná é um Estado rico. É um Estado rico onde a violência cresce e a criminalidade está exageradamente alta. Além disso, temos uma condição semelhante à de Mato Grosso do Sul por exemplo: fazemos fronteira com dois outros Estados. E essa fronteira nos obriga a ter um contingente maior de policiais para guarnecê-la. No entanto, quando se fala em oferecer segurança à população, a gente tem de pensar que a Polícia tem de se sentir segura, também, com a remuneração que recebe, segura, estimulada, para oferecer aquilo que se espera dela.

Quando a gente olha para um Estado como o Paraná, que tem hoje o mesmo efetivo policial que tinha há vinte anos, quando a população era a metade do que é hoje, a entende por que a Polícia muitas vezes é criticada.

Quando a gente olha para o Paraná, a gente vê ainda que dezessete mil policiais militares e menos de três mil policiais civis são obrigados a oferecer segurança a toda a população, e há policiais que trabalham fora do horário de expediente. Trabalham fora do horário do expediente para dar conta da sua missão e, mesmo assim, não dão conta, porque não são super-heróis. E muitos são obrigados a voltar para uma casa – uma casa que nem deles é – que não lhes oferece a segurança que deles se cobra que ofereçam às outras famílias, porque seu salário não lhes permite ter uma casa que lhes dê segurança. O que nós estamos fazendo aqui é apenas o começo do que deve ser feito para que a segurança pública seja uma política pública, uma política de governo. Não é só aumentar o efetivo, é muito mais do que isso: é pagar decentemente os policiais, é remunerá-los para que eles possam, inclusive, qualificar-se e, qualificados, prestar um serviço de mais qualidade à sociedade.

Nós estamos vivendo numa sociedade onde o medo toma conta das famílias. Em Curitiba, que era uma cidade considerada modelo, pacífica, tivemos, há poucos dias, uma chacina, na qual oito pessoas inocentes – homens, mulheres e crianças – foram sumariamente liquidadas, assassinadas pelos criminosos do narcotráfico. Para combater o narcotráfico é preciso uma polícia qualificada, treinada, capacitada, bem-equipada, mas, sobretudo, bem remunerada.

Se os Estados não têm como suportar esse dispêndio, que ele seja dividido com o Governo Federal, que concentra hoje 62% das receitas totais da União, e é justo, portanto, que a União ajude os Estados a manter a Polícia, principalmente com referência a sua remuneração.

Portanto, Sr<sup>a</sup> Presidente, estamos aqui para votar favoravelmente e para cumprimentar o Senador Renan Calheiros pela oportunidade e, sobretudo, pela inteligência de apresentar essa proposta de emenda à Constituição, que precisa ser aprovada rapidamente aqui e na Câmara dos Deputados, porque com segurança não se brinca e com o salário dos policiais, que hoje é muito aquém daquilo que eles merecem ganhar, também não se brinca. Sendo assim, vamos votar logo, aqui e na Câmara dos Deputados também. Parabéns, Senador Renan Calheiros.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Serys Shlessarenko. Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Osmar Dias.

Eu só estou preocupada porque temos 20 inscritos, vinte. Senador Osmar Dias, parabéns, V. Ex<sup>a</sup> ocupou menos do que o tempo. Com a palavra a Senadora Rosalba Ciarlini; logo depois o Senador Romeu Tuma.

**A SR<sup>a</sup> ROSALBA CIARLINI** (DEM – RN. Para encaminhar. Sem revisão da oradora) – Sr<sup>a</sup> Presidente, Senadora Serys Shlessarenko, que conduz os trabalhos, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, com relação à PEC 41, quero inicialmente parabenizar o Senador Renan Calheiros pela proposta, porque ela representa algo de fundamental importância para a melhoria da segurança pública em nosso País.

Como médica, todas as propostas, todas as ações aqui no Senado voltadas à defesa da vida

têm tido a minha participação. E digo a vida relacionada não apenas à saúde, mas aquela que leva também ao bem-estar, à paz, à tranquilidade. E isso tem que ser adquirido também, com grande esforço, na segurança pública. E nada melhor do que darmos esse passo decisivo para melhorar, para começarmos a estruturar melhor as polícias, tanto civil como militar, nos nossos Estados.

E por que não fazer com que tenhamos esse piso nacional que dê mais dignidade e mais segurança ao trabalho de homens e mulheres que, no dia-a-dia, estão nas ruas enfrentando os mais diversos perigos, com a sua vida, para proteger a população. Sei que somente isso não irá resolver o grave problema hoje enfrentado em todos os recantos deste País. E no meu Estado, no Rio Grande do Norte, não é diferente, onde a segurança pública realmente deixa muito a desejar, onde a violência vem crescendo, onde o número de assaltos, assassinatos, enfim, toda a sorte de ações criminosas vem crescendo. Nós sabemos que esse será um ponto para trazer um avanço na recuperação, na reestruturação de um trabalho que é fundamental para a vida dos brasileiros.

É necessário, claro, que os governos estaduais invistam na inteligência, nos equipamentos e também nas estruturas. No Rio Grande do Norte, as delegacias estão caindo aos pedaços. Falta pessoal, é insuficiente o número de policiais para proteger a vida do cidadão. Esse modelo não é muito diferente. Alguns Estados avançaram. Mas no meu Estado, infelizmente, há uma deficiência muito grande e quem está pagando é o cidadão que pensa – e tem direito – que por intermédio dos seus impostos pode ter mais segurança e mais tranquilidade.

Então a minha palavra, Sr<sup>a</sup> Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, e a todos que aqui vieram para acompanhar a aprovação da PEC 41, é para dizer que sou favorável, que votarei a favor, entendendo que é fundamental fazer com que, no Brasil, tenhamos um salário digno que dê tranqüilidade e que mostre a valorização e o respeito ao trabalho de homens e mulheres que fazem a nossa segurança.

Era isso, Sr<sup>a</sup> Presidente.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senadora Rosalba Ciarlini, especialmente pelo tempo.

Com a palavra o Senador Romeu Tuma e, logo após, o Senador Renato Casagrande.

**O SR. ROMEU TUMA** (PTB – SP. Para encaminhar. Sem revisão do orador) – Senadora Serys Slhessarenko, ilustre Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, vou procurar também ser rápido, visto que o tempo urge e a expectativa é que se vote por unanimidade esse projeto.

Capitão Assunção, queria informar a seus colegas de Sergipe que V. S<sup>a</sup> se encontra aqui na luta pela aprovação do projeto, acompanhado do Sargento Edgar Vieira, do Cabo Palmeira e do Soldado Emerson. Além dos citados pelo Senador Renan Calheiros, e V. S<sup>a</sup> falou com ele, que pediu que eu não esquecesse de fazer referência à presença dos senhores em prol da PEC nº 41.

Quero ser rápido, Senadora, porque o Senador Renan Calheiros, quando Ministro da Justiça, fazia referência à necessidade do atendimento e de melhor atenção com os policiais. V. Ex<sup>a</sup> fez um projeto que vamos votar depois, que é do crime organizado onde já se busca alguns acordos e alguns benefícios às instituições que combatem o crime organizado em benefício da sociedade brasileira.

Então, esse Projeto, o 41, trata do piso salarial. Devemos nos lembrar que, neste ano, a CNBB fez a campanha da fraternidade com o tema da segurança. E por quê? Porque o sofrimento da população é enorme em razão do aumento da criminalidade. Ainda esta semana homenageio os policiais de São Paulo. O Discovery fez um programa repetindo o que foi realmente a ação do PCC contra as unidades policiais do Estado de São Paulo, onde mais de 40 policiais, principalmente militares, foram covardemente assassinados pelos criminosos da organização autodenominada PCC – 1<sup>o</sup> Comando da Capital.

Além disso, já está aí o Pronasci, do Presidente da República, do Governo Federal, do Ministério da Justiça, pronto a colaborar com os Estados que não tiverem o suficiente para pagar o piso salarial. O que não se pode, em hipótese alguma, é deixar a polícia à míngua permanentemente, sem nenhuma

razão para dar o atendimento necessário àqueles que oferecem o principal, que é a própria vida em  
defesa do cidadão.  
Vamos votar a favor, se Deus quiser!

**A SRª PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Romeu Tuma. Com a palavra o Senador Renato Casagrande e, logo após, o Senador Efraim Morais.

**O Sr. Inácio Arruda** (Bloco/PCdoB – CE) – Permite V. Exª um aparte?  
**O SR. RENATO CASAGRANDE** (Bloco/PSB – ES. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Se for possível, concedo. Srª Presidente, Senadora Serys Slhessarenko, Srªs e Srs. Senadores, representantes das entidades que estão aqui presentes, Roberto Caetano, do Espírito Santo; Moábil, também de Colatina, no Estado do Espírito Santo; quero também cumprimentar o Capitão Assunção e, em nome do Capitão Assunção, cumprimentar os Deputados Federais aqui presentes e dizer da alegria de estar debatendo este tema.

Capitão Assunção, ontem, na Comissão Especial que está debatendo o Código de Processo Penal, apresentamos o relatório da reformulação do Código de Processo Penal. Nós compreendemos que a reformulação do Código poderá ser um instrumento importante para o combate à criminalidade, porque se conseguirmos fazer com que, no entendimento com todos os operadores do Direito, o processo judicial se torne mais rápido, também conseguiremos diminuir a impunidade. E o que leva hoje à prática do ilícito, em grande parte, é a impunidade, ou seja, a certeza de que a pessoa que pratica o crime, o ato ilícito não será punida.

Então, nós estamos dando uma contribuição ao debate da reformulação do Código de Processo Penal, pois acho que é uma das tarefas do Congresso Nacional o aperfeiçoamento do arcabouço legal, para que possamos ter instrumentos mais adequados de combate à criminalidade. O debate sobre o tema da segurança pública tem vertentes no Judiciário, no Executivo, naturalmente, como um dos mais importantes, e no Legislativo. Então, esse debate é importante.

O outro debate é este que estamos fazendo aqui. Quais são os instrumentos que temos para que possamos valorizar o profissional que milita, que trabalha, que atua na área de segurança pública? O instrumento que estamos debatendo, com a PEC do Senador Renan Calheiros, é importante, porque estabelece, num País tão desigual como o nosso e com tantas diferenças entre unidades federativas, um piso mínimo para o policial militar, para o bombeiro, para o policial civil, para o investigador e faz com que a União seja parceira na composição de um fundo para ajudar a pagar, a bancar esse piso mínimo para o policial. Então, isso é importante.

Se queremos exigir do profissional policial um trabalho eficiente, temos de dar as condições. E o Congresso Nacional não pode apenas jogar a tarefa para os Governos dos Estados. Temos de dar a tarefa e o dever aos Governos dos Estados, mas, ao mesmo tempo, temos de dizer de onde vai vir parte dos recursos. É isso que estamos fazendo com a votação dessa matéria.

Saúdo a todos e coloco-me à disposição. É um tema que todo mudo, que todos os partidos terão de discutir cada vez mais, porque a sociedade brasileira está insegura. Os índices de criminalidade continuam, muitas vezes, em muitos locais, aumentando, exigindo uma efetiva ação nossa.

Obrigado, Srª Presidente Senadora Serys Slhessarenko.

**A SRª PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Casagrande. Com a palavra o Senador Efraim Morais e, logo após, o Senador Cristovam Buarque.

**O SR. EFRAIM MORAIS** (DEM – PB. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente Senadora Serys, Srªs e Srs. Senadores, aqui estamos simplesmente numa missão que considero da maior importância, que é a necessidade de fixarmos o piso salarial nacional e unificá-lo para policiais militares, policiais civis e bombeiros. E vamos tentar incluir – num entendimento, já que a Casa está trabalhando na base do entendimento – os peritos e investigadores.

Mas, Sr<sup>a</sup> Presidente, a história da PEC nº 41, que estamos votando, é a de que ela foi apresentada, ficou adormecida, mas de repente acordou – e acordou com vontade de ser resolvida. E aqui eu tenho que registrar aos Srs. Senadores e às Sr<sup>as</sup> Senadoras o trabalho que foi feito lá na Câmara dos Deputados. Os Deputados foram competentes na hora em que acordaram esse movimento, chamando o Brasil todo para defender a PEC 300. Então, a PEC 300 fez com que o Senado Federal acordasse em relação a essa matéria. Então, nós temos aqui que dar os méritos também a esses Parlamentares que se dedicaram, se entregaram totalmente neste semestre à questão da PEC 300. E eu queria citar três que estão em plenário: o Deputado Mendonça Prado, de Sergipe; o Deputado Capitão Assunção, do Espírito Santo; e uma menção toda especial a um paraibano que inclusive relatou a matéria, que nasceu, se não me engano, do nosso Deputado Arnaldo Faria de Sá. S. Ex<sup>a</sup> não é militar, mas, entendendo exatamente a necessidade que temos de regulamentar essa situação dos policiais militares, policiais civis, bombeiros, investigadores e peritos, apresentou essa matéria. E coube exatamente ao Deputado Major Fábio relatá-la na Comissão Especial. Paraibano simples, que saiu lá das fileiras da nossa briosa Polícia Militar da Paraíba. E aproveito para saudar a Cabo Eliane Santos, a nossa querida paraibana, a única mulher militar que aqui se encontra. Ela é a nossa Presidente da Associação de Cabos e Soldados da Paraíba. E eu usaria, permita-me, Eliane, a própria música da “mulher macho sim senhor”. Mulher macho, sim, porque corajosa. É mulher macho, sim, senhor, porque carinhosa, trabalhadora, competente, inteligente e séria. É por isso que nós nos orgulhamos de ter você, Eliane, como Presidente da nossa Associação dos Soldados e Cabos da Paraíba e, em seu nome, eu saúdo aqueles extraordinários companheiros da Paraíba. E, ao seu lado, o nosso Sargento Erivan Santos que aí também se encontra, representando a nossa Polícia Militar da Paraíba e a todos que têm interesse nessa PEC.

Mas, Sr<sup>a</sup> Presidente, peço a V. Ex<sup>a</sup> só mais um pouquinho de tempo para que eu possa concluir o meu raciocínio. Exatamente em função desse trabalho da Câmara, nós acordamos e andamos mais rápido do que os companheiros daquela Casa.

E aqui, Sr<sup>a</sup> Presidente, peço a V. Ex<sup>a</sup> que, na hora da votação, coloque uma questão que eu levanto agora. Nós estamos terminando o ano legislativo; temos apenas mais 15 dias. E aqui eu vejo todos os Líderes: eu vejo o Líder José Agripino, eu vejo o Líder do Governo, Senador Romero Jucá; eu vejo o Líder do PSDB, o Líder do PTB, o Líder do PSOL, enfim, todos os companheiros. E hoje, Senador Inácio Arruda, nós temos que quebrar os interstícios e votar não só o primeiro turno. Quantas vezes já votamos rapidamente primeiro e segundo turnos? Então, é preciso que essa matéria seja aprovada hoje, que ela saia daqui aprovada hoje para que chegue amanhã na Câmara dos Deputados. É esse o pedido que faço a V. Ex<sup>a</sup> e aos Líderes partidários que aqui se encontram. Vamos quebrar todos os interstícios para que possamos votar em primeiro e em segundo turnos, para que os companheiros da PEC 300 se incorporem à PEC 41 que, no meu entender, vai satisfazer aos companheiros da Câmara. Dessa forma, não haverá mais emendas lá. Votemos de uma vez em primeiro e em segundo turnos, para que possamos, de uma vez por todas, resolver o piso salarial.

É essa a questão que queria levantar, Sr<sup>a</sup> Presidente. Não temos muito mais a falar. Vamos, evidentemente, ouvir os outros companheiros, mas temos pressa de votar porque queremos votar essa matéria hoje em primeiro e em segundo turnos e depois votar a redação final, para que a Câmara dos Deputados dê a última palavra e, espero, sem emenda, para que possamos começar a dar condições a quem dá segurança ao povo brasileiro. Se não houver um salário justo, não poderemos reclamar desses homens e dessas mulheres que garantem a segurança do povo brasileiro.

Muito obrigado, Sr<sup>a</sup> Presidente.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Serys Shessarenko. Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Efraim. Gostaria de comunicar aos Srs. Senadores, às Sr<sup>as</sup> Senadoras, que o calendário especial para a votação dessa matéria já foi aprovado na última sessão ordinária da semana passada. Então, já está aprovado. Tão logo terminem as intervenções, nós teremos a votação do calendário aprovado. Para usar da palavra o Senador Cristovam Buarque. Logo após, Senador Marcelo Crivella.

**O SR. SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS) – Presidente Serys! Zambiasi aqui. Quero me

inscrever. **A SRª PRESIDENTE** (Serys Shlessarenko. Bloco/PT – MT) – Senador Zambiasi. Solicito, mais uma vez, que o tempo seja cumprido e, se possível, reduzido dos cinco minutos.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (PDT – DF. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, sinto um grande prazer em estar aqui esta tarde, Senadora, para manifestar meu apoio a essa emenda do Senador Renan Calheiros, a quem parabeno pela iniciativa. Essa reforma da Constituição vai permitir criar um piso nacional de salários para nossos policiais militares. A primeira satisfação que sinto é pelo fato de termos, com esse projeto, criado uma rede nacional – e esse é um dos méritos da proposta do Senador Renan Calheiros – de uma categoria que tem sido apenas constituída por segmentos estaduais isolados, separados uns dos outros. Criamos uma categoria nacional na Polícia Militar. Segundo, é porque tenho a impressão de que esse é um passo que veio na linha do que foi feito com o piso salarial do professor, como já lembrou aqui o Senador Osmar Dias. Criamos o piso salarial do professor e aí estamos, com isso, ajudando a criar outros pisos nacionais de categorias fundamentais. A terceira satisfação é o fato de isso ser com a Polícia Militar.

Eu, como Governador, tenho orgulho de dizer que fui um Governador prestigiado e que prestigiou a categoria dos policiais militares e dos bombeiros do Distrito Federal. Não é à toa que, se eu for escolher em qual segmento, no Distrito Federal, tenho mais apoio, mais convivência, eu diria que é no dos bombeiros e no dos policiais militares. Mais uma satisfação é a de que, como brasileiro, tenho consciência plena do problema da segurança nacional. E esse problema da segurança nacional, da segurança que vivemos na rua, da segurança pessoal só será superado, de imediato, no momento em que conseguirmos ter uma carreira que satisfaça a busca de bons profissionais para a Polícia Militar. E o piso salarial, embora ainda baixo, é um caminho para isso. O que estou defendendo aqui não está diretamente ligado aos interesses da cidade, do Distrito Federal, que represento. No Distrito Federal, o piso salarial dos PMs e dos bombeiros já é muito superior a esse valor. Então, aqui, defendo não pelo interesse local; defendo pelo meu sentimento nacional. Concluo, lembrando a todos, ao Senador Renan e aos policiais interessados, o risco que vocês correm, se algum Governador fizer com este piso o que fez com o piso dos professores, que, até hoje, Senador Renan, continua parado no Supremo Tribunal, um ano depois de quatro Governadores terem dado entrada, pedindo a inconstitucionalidade da lei. Não conseguimos que os Ministros do Supremo se reúnam para votar esse projeto. Espero que isso não aconteça com a proposta de emenda à Constituição do Senador Renan Calheiros.

É óbvio que, como é uma reforma constitucional, fica praticamente impossível declarar como inconstitucional uma reforma constitucional que tenha seguido todos os trâmites. Mas, no sistema jurídico brasileiro, nada é impossível. Que algum Governador invente que há uma cláusula pétrea que o Congresso não pode mudar para fazer coisas que afetam cada um dos Estados.

Espero que esse projeto de reforma constitucional seja aprovado hoje e entre em vigor, por meio de sua sanção, o mais rapidamente possível. Era o que tinha a dizer, Senadora, manifestando meu apoio e parabenizando o Senador Renan Calheiros pela iniciativa.

**A SRª PRESIDENTE** (Serys Shlessarenko. Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (DEM – GO) – Pela ordem, Srª Presidente.  
**A SRª PRESIDENTE** (Serys Shlessarenko. Bloco/PT – MT) – Pela ordem, o Senador Demóstenes Torres.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (DEM – GO. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Eu gostaria de fazer uma sugestão a V. Exª, aos Líderes e também aos demais Senadores. Poder-se-ia abrir agora o painel para a votação. Começaríamos a votação, e os discursos iriam acontecendo; em seguida, as demais sessões, porque aí poderíamos esgotar esse tema, se V. Exª e se os Srs. Líderes concordarem.

**A SRª PRESIDENTE** (Serys Shlessarenko. Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Demóstenes Torres. Consulto os Srs. Líderes.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – Sr. Presidente, a Liderança do governo concorda com a proposta.

**A SRª PRESIDENTE** (Serys Shhessarenko. Bloco/PT – MT) – De acordo. Senador Agripino.

**O SR. RENAN CALHEIROS** (PMDB – AL) – Srª Presidente, o PMDB também concorda, acha que é isso mesmo que se tem que fazer para a economia processual.

**A SRª PRESIDENTE** (Serys Shhessarenko. Bloco/PT – MT) – Senador Arthur Virgílio, por favor. *(Pausa.)* Senador Valadares. *(Pausa.)* Senador Arthur Virgílio, V. Exª concorda?*(Pausa.)* De acordo. Estando de acordo, vamos abrir o painel para a votação, o encaminhamento, e a discussão continuará.

**O SR. GERSON CAMATA** (PMDB – ES) – Sr. Presidente, pela ordem.  
**A SRª PRESIDENTE** (Serys Shhessarenko. Bloco/PT – MT) – Pela ordem, Senador Gerson Camata.

**O SR. GERSON CAMATA** (PMDB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu queria, Srª Presidente, registrar aqui a presença de ilustres membros da Polícia Militar do Espírito Santo: do soldado Roberto Caetano, presidente da Associação dos Cabos e Soldados; do soldado Moabio, do Conselho Deliberativo da Associação de Cabos e Soldados; e do Cabo Ramalho, vice-presidente da Associação dos Cabos e Soldados do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar.

Participam, estão presentes nesta votação, apoiando a votação da PEC e solicitando aos nobres e ilustres Senadores o voto favorável à mesma.

**A SRª PRESIDENTE** (Serys Shhessarenko. Bloco/PT – MT) – Votação da proposta sem prejuízo das emendas, em primeiro turno. Solicito às Srªs e aos Srs. Senadores que já podem votar. Está aberto o painel. As Srªs e os Srs. Senadores já podem votar. Continuam as inscrições. Com a palavra o Senador Marcelo Crivella, para encaminhar. **O SR. INÁCIO ARRUDA** (PCdoB – CE) – Srª Presidente, enquanto o Senador alcança a tribuna, o voto do PCdoB é favorável.

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco/PRB – RJ. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, companheiros da Polícia Militar, que aqui representam os altivos policiais do Brasil todo.

Eu não poderia deixar, sendo do Rio de Janeiro, de subir a esta tribuna, em nome, inclusive, do Senador Paulo Duque e de Francisco Dornelles, para prestar devotada e solene homenagem aos policiais do Rio de Janeiro. Talvez sejam eles os mais sacrificados, os mais expostos ao perigo. Aqueles que saem de casa cedo, de manhã, para manter a segurança da população, enquanto suas famílias, pelo salário indigno que recebem, não estão seguras, morando, muitas vezes, nas fronteiras das comunidades e sendo assediadas pelo tráfico de drogas, pelo crime organizado. Hoje, quando votamos esta PEC, temos no coração um sentimento de dever cumprido, um sentimento que expressa a gratidão profunda que temos pela Polícia Militar do Rio de Janeiro e pelo Corpo de Bombeiros. Nossa Polícia Militar é a primeira do Brasil, fundada desde a época em que éramos a capital; e, de lá pra cá, tem conquistado o respeito, a admiração e a profunda gratidão, repito, do povo da minha terra. Infelizmente, há uns poucos policiais – muito poucos – que, envolvidos com a iniquidade, com o crime, acabam denegrindo a imagem da Polícia. Mas, na sua imensa maioria, ela é feita de heróis; ela é feita de homens que não pensam em si mesmos, que arriscam a vida para manter a segurança no Estado do Rio, para manter a segurança na cidade do Rio de Janeiro, sobretudo na Baixada Fluminense, epicentro da nossa crise, onde a violência assola a população com números terríveis e exorbitantes que jamais podíamos imaginar que ocorressem.

Então, neste momento em que nós, aqui no Senado Federal, estamos votando – e tenho certeza de que esta votação será por unanimidade – um piso nacional, estamos dando uma demonstração clara do respeito que esta Casa, como representante do povo, tem pelas polícias militares do Brasil. É verdade que mal-equipada, mal paga, com quartéis que precisam de reformas,

com falta de treinamento, com excesso de missões, de serviço, muitas vezes esses policiais se sentem abandonados pelo Poder Público. Espero que o gesto que o Congresso Nacional tem, hoje, de votar, por unanimidade, esse projeto de emenda constitucional possa calar fundo no coração da nossa tropa e que ela se sinta fortalecida para enfrentar o crime, para fazer com que a nacionalidade brasileira não pereça diante das ameaças cada vez mais violentas do crime organizado, do tráfico internacional, que tem, eu diria, a crueldade de, inclusive, usar meninos e meninas como escudo nas comunidades carentes do Rio de Janeiro.

Ao mesmo tempo, faço um apelo a todos os policiais da minha terra: que, ao subirem as comunidades, lembrem-se também de que a maioria do povo que ali vive, a imensa maioria, é uma população ordeira, trabalhadora, humilde e que, fruto dessa desigualdade que nos envergonha a todos, embora trabalhando, e trabalhando muito, não consegue comprar um imóvel ou viver em locais que não sejam as comunidades do Rio de Janeiro.

É uma pena que o Rio seja não uma cidade, mas duas cidades, duas irmãs siamesas e monstruosas: de um lado, nós temos uma população tão rica, tão culta, que tem lazer, e, a uma distância constrangedora, uma parcela enorme da nossa população vivendo abaixo da linha da dignidade humana, cujas crianças crescem no meio de ratos e baratas, com o estigma da inferioridade, e, na adolescência, acabam extravasando esses sentimentos, essa revolta íntima, muitas vezes, na criminalidade, no tráfico, na violência.

Sr<sup>a</sup> Presidente, Srs. Senadores, aqui fica o depoimento emocionado de quem reconhece o valor, o denodo, a coragem, a bravura de homens e mulheres, de policiais militares e de bombeiros, que, no Rio de Janeiro, arriscam as suas próprias vidas a cada dia, quando põem o seu uniforme, em benefício da nossa população. A esses heróis, a mais sincera homenagem do PRB. Tenham a certeza de que estaremos sempre aqui, vigilantes, para que o interesse de vocês seja um sagrado dever das nossas consciências.

Muito obrigado, Sr<sup>a</sup> Presidente.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Crivella. Eu gostaria de solicitar aos Srs. Senadores e às Sr<sup>as</sup> Senadoras que compareçam ao plenário para votar. É votação com *quorum* qualificado. Nós precisamos de 49 votos “sim”.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – Sr<sup>a</sup> Presidente, eu gostaria de solicitar, ....

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Presidente, pela ordem.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – ...para os que não estão ouvindo, que tocasse a campainha, para que nós pudéssemos chamar os Senadores.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Nós estamos tocando.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Presidente.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Estamos tocando. Pela ordem, Senador Mercadante.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu queria convocar todos os Senadores do bloco de apoio ao Governo, os Senadores da Bancada do PT para virem, imediatamente, ao plenário. Nós estamos votando uma matéria de grande interesse para o Brasil, em defesa da segurança pública, da valorização das PMs, dos policiais militares, da Polícia Civil, dos bombeiros. É fundamental que o Senado, hoje, resgate a dignidade dessa profissão tão fundamental para a defesa da vida e da proteção das famílias brasileiras. Todos os Senadores e Senadoras precisam vir, imediatamente, ao plenário, porque essa é a prioridade nº 1 deste Senado Federal na tarde de hoje.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr<sup>a</sup> Presidenta.

**A SRª PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Senador Arthur Virgílio.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Srª Presidenta, do mesmo modo, eu gostaria de convocar os Senadores do PSDB que porventura ainda não tenham apostado seus votos no painel eletrônico para comparecerem à sessão, pedindo que permaneçam. Agora, de fato, acho o *quorum* muito diminuto, muito fraco para uma matéria dessa relevância.

Obrigado, Srª Presidenta.

**A SRª PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Senador Renan Calheiros.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Srª Presidenta, o voto é “sim”. O voto que o PSDB recomenda é “sim”.

**O SR. RENAN CALHEIROS** (PMDB – AL) – Senadora Serys, igualmente, eu quero pedir aos Senadores do PMDB que estão em outras dependências da Casa que, por favor, venham ao plenário. Estamos votando uma matéria importante, de interesse nacional, e é fundamental a presença de todos.

Muito obrigado.

**O SR. GIM ARGELLO** (PTB – DF) – Srª Presidenta, por favor.

**A SRª PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Pela ordem, Senador Gim.

**O SR. GIM ARGELLO** (PTB – DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria de, no mesmo tom, com a mesma força, com a mesma contundência, pedir que os nossos Senadores do glorioso PTB viessem ao plenário, tendo em vista que a Bancada fechou questão nessa matéria, porque é uma das matérias mais importantes para a segurança pública do nosso País e traz, novamente, dignidade ao sonho do policial civil de poder combater a criminalidade e, da mesma forma, poder dar o sustento de sua família com dignidade. Então, convoco todos os Senadores do PTB para que venham ao plenário votar, e o voto é “sim”.

**O SR. VALTER PEREIRA** (PMDB – MS) – Pela ordem.

**A SRª LÚCIA VÂNIA** (PSDB – GO) – Pela ordem, Srª Presidente.

**A SRª PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Pela ordem, Senador Valter Pereira.

**O SR. VALTER PEREIRA** (PMDB – MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, eu não poderia passar em branco num momento tão importante como esse que estamos vivendo com a votação...

**A SRª MARINA SILVA** (PV – AC. *Fora do microfone.*) – Ele pediu pela ordem e está fazendo um discurso.

**A SRª PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Um instante, Senador Valter Pereira. Temos 20 inscritos e os outros Senadores que estão inscritos estão, realmente, reivindicando, e com razão, a ordem de inscrição. O senhor pediu pela ordem para fazer a inscrição?

**O SR. VALTER PEREIRA** (PMDB – MS) – Eu ia fazer apenas um registro, mas, em homenagem aos colegas que estão inscritos para falar como debatedores, eu também me transfiro para essa condição.

**A SRª PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Muito obrigada, Senador Valter Pereira. Com a palavra, pela inscrição, a Senadora Marina Silva, para encaminhar a votação.

**A SRª LÚCIA VÂNIA** (PSDB – GO) – Pela ordem, Srª Presidente.

**A SRª MARINA SILVA** (PV – AC) – Obrigada, Srª Presidente.

**A SRª PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Pela ordem, Senadora Lúcia

Vânia.

**A SRª LÚCIA VÂNIA** (PSDB – GO. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Só para me inscrever.

**A SRª PRESIDENTE** (Serys Shessarenko. Bloco/PT – MT) – Está inscrita.

**A SRª MARINA SILVA** (PV – AC. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Srª Presidente, não tenho dúvidas de que apostar no investimento de qualificar os policiais com o pagamento de melhores salários ajuda muito a segurança pública e, por isso, é louvável o esforço que estamos fazendo, nesta tarde, para aprovarmos o projeto de iniciativa do Senador Renan Calheiros. Agora, acho que é fundamental que possamos compreender que o pagamento de salários para os policiais, para que a gente possa, inclusive, recrutar pessoas com maior capacitação, maior informação, qualifica o recrutamento. Acompanhado disso, é fundamental, como disse o ex-Governador Cristovam, que se tenha a perspectiva de uma carreira única para os policiais federais ou para os policiais, a fim de que eles possam contar com mecanismos que lhes assegurem melhor ascensão na carreira. Tudo isso compõe um quadro que, no meu entendimento, é fundamental para que tenhamos uma melhor qualidade na segurança pública. Além do mais, uma combinação entre a ação policial propriamente dita e o investimento em inteligência policial para valorizar a produção da prova ajuda muito no combate ao crime e cria processos para dissuadir a criminalidade. Uma boa parte do crime e da contravenção acontece pela quase certeza da impunidade. Uma combinação que estabeleça pagamento efetivo de melhores salários, perspectiva de uma carreira única para os policiais e, ao mesmo tempo, inteligênc